

ECONOMIA E VOTO: COMO AS PERCEPÇÕES ECONÔMICAS MOLDAM O REFERENDO POLÍTICO NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS (2010-2018)

ECONOMY AND VOTING: HOW ECONOMIC PERCEPTIONS SHAPES THE POLITICAL REFERENDUM IN BRAZILIAN ELECTIONS (2010-2018)

AUTORIA

Augusto Ribeiro da Silva
Universidade Estadual de Maringá
(UEM), Brasil.
ribeiro.augusto.silva@gmail.com
Gilberto Joaquim Fraga
Universidade Estadual de
Maringá (PGE/UEM), Brasil
gjfraga@uem.br
Ednaldo Aparecido Ribeiro
Universidade Estadual de
Maringá (PGC/UEM), Brasil
earibeiro@uem.br

PALAVRAS-CHAVE

Voto Econômico;
Economia Brasileira;
Comportamento Eleitoral;

KEYWORDS

Economic Voting;
Brazilian Economy;
Electoral Behavior.

JEL CODE

Ex.: D72, O11.

ÁREA

01 – História Econômica,
Economia Política e Metodologia

RESUMO

Este estudo investiga como variáveis macroeconômicas e a percepção econômica influenciaram o comportamento do eleitor nas eleições presidenciais e estaduais no Brasil entre 2010 a 2018, testando a teoria do voto econômico através da metodologia multinível e logística. Foram analisados dados de 17 estados e constatou-se que, apesar das variáveis macroeconômicas não penalizarem ou recompensarem o incumbente à presidência, a percepção econômica influenciou fortemente o voto em 2010 e 2014. Contudo, em 2018, fatores identitários prevaleceram sobre as considerações econômicas, evidenciando uma mudança para uma abordagem ideológica no voto. Nota-se que os governadores não foram penalizados pelo desempenho econômico, indicando assim uma centralização da responsabilidade na presidência. Conclui-se que a decisão eleitoral brasileira é guiada pela percepção geral da economia e não por indicadores econômicos específicos, contudo, recomenda-se integrar em modelos futuros questões ideológicas e identitárias a partir da eleição geral de 2018.

ABSTRACT

This study investigates how macroeconomic variables and economic perception influenced voter behavior in presidential and state elections in Brazil between 2010 and 2018, testing the economic voting theory using multilevel and logistic methodology. Data from 17 states were analyzed, and it was found that, although macroeconomic variables did not penalize or reward the incumbent president, economic perception strongly influenced voting in 2010 and 2014. However, in 2018, identity factors prevailed over economic considerations, evidencing a shift toward an ideological approach to voting. It should be noted that governors were not penalized for economic performance, thus indicating a centralization of responsibility in the presidency. It is concluded that Brazilian electoral decisions are guided by the general perception of the economy and not by specific economic indicators. However, it is recommended that ideological and identity issues be integrated into future models based on the 2018 general election.



This paper is Distributed Under
the Terms of the Creative
Commons Attribution 4.0
International License

1 INTRODUÇÃO

A avaliação da economia como elemento determinante na decisão do voto do eleitorado brasileiro é verificada nos pleitos desde a redemocratização. A medida econômica foi pautada principalmente no sucesso dos planos econômicos e no controle inflacionário no qual norteou a avaliação de desempenho governamental e na intenção de voto no candidato ligado ao governo em exercício (Mendes e Venturi, 1994; Meneguello, 1994; Carreirão, 1999, 2002, 2007; Peixoto e Rennó, 2011).

Destaca-se também que os eleitores brasileiros avaliam os aspectos econômicos para tomada de decisão política de maneira retrospectiva e sociotrópica. O crescimento econômico local destaca-se como um grande potencializador na porcentagem de votos obtidos ao incumbente do cargo no último ano de governo, visto que a relação dos gastos municipais em áreas relevantes para população e a associação partidária entre os prefeitos e presidente contribuem de maneira positiva no desempenho do incumbente do cargo. (CARREIRÃO, 1999; PEREIRA, 2014; FERNANDES e FERNANDES, 2017).

O voto econômico, objetiva-se em identificar como os eleitores, nos momentos dos ciclos eleitorais, tomam a decisão de punir ou recompensar o incumbente dos cargos executivos através da sua avaliação sobre a economia. Os estudos mais recentes sobre a temática discutem a aplicação do voto econômico concentrando seus esforços no entendimento da dinâmica nos Estados Unidos e em países da Europa ocidental, todavia, estudos em países de economia em desenvolvimento apresentaram como o contexto da teoria do voto econômico se desenvolve de maneira heterogênea (LEWIS-BECK e STEGMAIER, 2007; CAMARGOS, 2013; LEWIS-BECK e STEGMAIER, 2013).

Contemporaneamente, Amaral e Ribeiro (2015) descrevem que a avaliação retrospectiva da economia no pleito de 2014 não teve impacto decisivo no voto da reeleição da candidata incumbente Dilma Rousseff, complementarmente, Veiga e Ross (2015) indicam o deslocamento da avaliação econômica como fator determinante nas eleições presidenciais brasileiras de 2014, identificando assim, que as preferências políticas e ideológicas foram mais impactantes dentro do escopo do que a percepção da economia nacional.

Para estabelecer um elo entre a economia e a política, utiliza-se como base teórica nesta pesquisa a teoria do voto econômico, combinada com a literatura sobre o *issue salience* e a literatura sobre a economia política. A evolução do tema permite identificar espaços para o refinamento da pesquisa, entrelaçando os três pontos destacados da literatura. Com isso, o problema de pesquisa que esse artigo busca responder é: as variáveis macroeconômicas influenciam a decisão do eleitor nas disputas por cargos executivos ou a percepção geral da economia tem maior efeito no momento do voto?

As hipóteses presentes neste artigo são, respectivamente: i) As variações dos indicadores macroeconômicos no Brasil ao longo dos ciclos eleitorais afetaram as escolhas dos eleitores; ii) A percepção individual do eleitor sobre a economia desempenha um papel mais relevante do que as variações dos indicadores macroeconômicos.

O objetivo geral desta pesquisa está em analisar se o comportamento das variáveis macroeconômicas é relevante para determinar a punição ou recompensa do eleitor em relação ao incumbente dos cargos executivos, ou a percepção da economia por parte do eleitor que o faz tomar a decisão de escolha. Ademais, analisa-se na margem, o comportamento das variáveis econômicas em três ciclos de eleições gerais e o contexto político-social à época, além de identificar se o cargo de governador recebe a responsabilidade sobre a condução da economia, visto que atribuição do comando econômico é responsabilidade geral dos agentes presentes nas esferas públicas executivas.

Os métodos utilizados para alcançar o objetivo proposto foram: i) Análise multinível, apresenta-se na porcentagem de votos do incumbente e do principal opositor, as variáveis macroeconômicas e educacional presentes nos 17 estados e nos seus respectivos municípios. ii) Análise logística, empregada acerca da opinião pública sobre o comportamento da economia, e o resultado apresenta-se estatisticamente significativo para aplicação da teoria do voto econômico. Desta maneira, optou-se pela adoção desta metodologia, na qual, busca-se entender como variáveis categóricas podem aumentar a capacidade de explicar os efeitos na intenção de votos ao incumbente ou opositor nas eleições para os cargos executivos.

Os resultados da pesquisa sugerem que a economia é de fato importante na decisão do voto do eleitor brasileiro, contudo, não há uma variável macroeconômica que ressalta ser a mais importante para o eleitor no momento do pleito. Entretanto, a percepção individual do eleitor sobre como está a economia, em geral, dentro de um período de um ano antes do pleito eleitoral mostrou-se relevante na aplicação da teoria do voto econômico nas eleições de 2010 e 2014. Em contrapartida, nas eleições de 2018 os fatores ideológicos sobrepuseram-se à percepção econômica, indicando que conceitos identitários e partidários norteiam o escopo de estudo de pesquisa a partir da disputa eleitoral do referido ano.

Em suma, a percepção avaliativa dos eleitores sobre a situação da economia brasileira pode estar ou não de acordo com a realidade dos dados objetivos da situação geral da economia nacional, contudo, é essa percepção que detém maior relevância no momento da decisão do eleitor.

O presente estudo está organizado em quatro seções além desta introdução. As duas primeiras seções abordam a literatura teórica e empírica e o procedimento empírico adotado. A seção subsequente apresenta-se os resultados e as discussões da pesquisa, e por fim, são realizadas as considerações finais.

2 LITERATURA CONCEITUAL E EMPÍRICA

A economia política moderna está cada vez mais inserida nos momentos decisórios de uma nação, como exemplo, Camargos (2013) relata que quando se pensa em economia, se pensa em eleições, e vice-versa. Condensando assim, a nova aplicação e definição dos estudos da economia política moderna.

O termo político na literatura da ciência política é definido como o estudo do poder ou do exercício do poder de uma autoridade, e esse poder pode ser auferido através de um indivíduo ou de um grupo que possui a capacidade de alcançar resultados, refletindo os seus objetivos. Contudo, após um longo período passou-se a compreender que os padrões de longo prazo estão ligados dentro de um processo

de desenvolvimento político, particularmente, sobre a estrutura de instituições e organizações que atuam e modelam a escolha política, dado a existência de conflito de interesses de diferentes grupos de cidadãos que possuem interesses políticos divergentes (DRAZEN, 2000; BESLEY, 2005).

Dessa forma, o fenômeno de decisão do voto através dos aspectos da economia é denominado como “voto econômico”, sendo um tema muito debatido entre os cientistas políticos, à vista que, em última instância, o bem-estar material é prioridade. Diante desse quadro, a posição do eleitor diante do cenário econômico pode determinar qual a ação foi desempenhada pelo mesmo, visto que se o eleitor faz uma revisão das ações do governo no momento do voto ela é caracterizada como voto retrospectivo, em caso inverso, se ele detém expectativas econômicas otimista o voto é determinado como prospectivo. Em outra via de caracterização, quando o eleitor tem como referência as circunstâncias econômicas pessoais caracteriza-se o voto egotrópico; quando a avaliação para votação leva em consideração a economia da nação ou o estado econômico em que a sociedade encontra-se o voto se define como sociotrópico (LEWIS-BECK e STEGMAIER, 2007; CAMPELLO e ZUCCO, 2022).

A economia pode apresentar aos eleitores uma ferramenta de responsabilização dos representantes durante o pleito eleitoral, não importando se a democracia é frágil ou resistente, pouco ou muito estudada, pois é raridade que questões econômicas não estejam no topo da agenda política. Motivado pelo fato que os eleitores possuem conhecimento sobre a economia e, de forma geral, a constante dos eleitores é votar de maneira a contribuir para o bem-estar da nação com um olhar tanto retrospectivo quanto prospectivo, ou, um misto de ambos (LEWIS-BECK e STEGMAIER, 2007; LEWIS-BECK e STEGMAIER, 2013).

A investigação da teoria do voto econômico foi bem indagada com ênfase nos países com democracias estabilizadas e economias prósperas, entretanto, há demanda de observação do tema que ultrapassem as fronteiras dos Estados Unidos e países da Europa Ocidental e sejam auferidos em países com democracias frágeis e instáveis, com sistemáticas crises econômicas e altos índices de pobreza de tal modo se caracterizam os países da América Latina, e assim, verificar em qual grau a economia impacta o comportamento eleitoral (MARTINS, 2013).

Neste panorama, nos países da América do Sul o voto econômico pode não premiar o mérito do governante, mas sim a “sorte”. Visto que, as flutuações dos preços das *commodities* e das taxas de juros internacionais que movem os fluxos de capitais transnacionais afetam o crescimento, a inflação e o desemprego dos países do sul do continente americano. Outrossim, são países inseridos no contexto internacional como exportadores de *commodities* e importadores de poupança externa, no qual as condições externas e fora do controle dos governos domésticos determinam grande parte do desempenho econômico das economias sul-americanas (CAMPELLO e ZUCCO, 2022).

No caso brasileiro, identificam-se pesquisas sobre a temática do voto econômico desde 1986. A medida econômica foi pautada principalmente no sucesso dos planos econômicos com foco no controle inflacionário que influenciava na avaliação de desempenho governamental e na intenção de voto no candidato incumbente. Destaca-se que os eleitores brasileiros avaliam aspectos econômicos

para tomada de decisão política criteriosa do voto através do retrospecto sociotrópico econômico (CARREIRÃO, 1999; PEREIRA, 2014; FERNANDES e FERNANDES, 2017).

Destaca-se neste âmbito o termo "*issue salience*", utilizado para caracterizar a importância das questões políticas e o peso que os indivíduos os atribuem. Os estudos sobre *issue salience* concentram-se na relevância da pesquisa do comportamento político, através de uma investigação realizada por *Surveys*, no qual a pergunta de pesquisa está voltada para "Qual é o problema mais importante enfrentado pela nação?" (WLEZIEN, 2013; OPPERMAN, 2010).

A importância e significância que os agentes participantes da política atribuem a uma determinada questão na agenda pública é levada em consideração aos tomadores da decisão política, todavia, remete-se à atenção da disponibilidade e assimetria das informações coletadas e discutidas no ambiente em que se está inserido, além de que, os participantes políticos irão basear suas escolhas nas informações mais prontamente acessível à lembrança (WLEZIEN, 2013; OPPERMAN, 2010).

Quando aprimorado a importância e relevância da questão política, a mesma não se busca apenas pensar sobre "Qual o problema mais importante enfrentado pela nação?", mas também salientar qual o grau de importância do problema dentro da agenda. As respostas dos agentes sobre qual o problema mais importante é impulsionada pelo *status* do problema, e isso não significa que a importância dessas questões apresentadas não mude ao longo do tempo, pois a questão mais importante para um cidadão pode ser de diferentes interpretações devido à importância geral que tem para a sociedade ou para si mesmo (WLEZIEN, 2013).

A diversificação de temas econômicos que afetam as vidas dos cidadãos seguem a lógica que toda a economia importa, entretanto, a atenção e o grau de relevância de cada um dos temas econômicos são compreensíveis para os cidadãos de maneira individual e coletiva, de modo que o grau de relevância das condições econômicas serão atenuadas e servirão de bases de julgamentos aos eleitores tomarem decisões nas eleições.

3 PROCEDIMENTO EMPÍRICO

3.1 DADOS

As dinâmicas eleitorais presentes no Brasil na última década é um ponto focal para examinar se e quais variáveis macroeconômicas podem estar relacionadas com o percentual de votos adquirido pelos incumbentes dos cargos executivos. Diante deste cenário, a variável dependente do primeiro modelo de testes são os percentuais de votos obtidos em cada cidade brasileira de 17 estados para os cargos de governador e presidente entre os anos de 2010 a 2018.

A delimitação referente ao tamanho da amostra deve-se ao fato de que a compilação de dados sobre a inflação no Brasil é determinada dentro do universo de 17 Unidades Federativas (UF), e a inflação é umas das variáveis macroeconômicas mais utilizadas dentro da teoria do voto econômico. Agrega-se que o estado de Santa

Catarina realiza a pesquisa através do Índice de Custo de Vida (ICV) realizado pela Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) (IBGE, 2023; UDESC, 2023).¹

Para identificar quais são os fatores econômicos que estimularam os eleitores a determinar suas escolhas nas eleições nacionais, ademais da aplicação da variação da inflação, apresenta-se a variação do PIB *per capita* estadual, variação do desemprego em nível nacional e nos estados, nível educacional nas cidades e nas UFs, variação das exportações por estado, variação das despesas orçamentárias municipais e dos repasses de recursos da União aos municípios em referência ao primeiro modelo de teste multinível.

Tabela 1 - Estatística descritiva das variáveis (média, mediana, valores mínimos e máximos)

Variável	Média	Mediana	Min	Max
PIB <i>per capita</i> municipal	0,009	0,008	-0,440	0,983
PIB <i>per capita</i> estadual	-0,057	-0,009	-0,509	0,440
Despesa Orçamentária	0,639	0,056	-0,795	7,691
Recursos União	0,032	0,030	-0,194	0,388
IDEB Municipal	4,2	4,2	0,0	7,2
Inflação	0,614	0,800	-7,9	5,3
Desemprego	0,039	0,200	-6,8	7,6
Exportações	-0,138	-0,104	-1,490	0,574
IDEB Estadual	4,3	4,4	3,1	5,3

Fonte: Elaboração própria.

Como mencionado na seção teórica, as três principais variáveis para análise do voto econômico utilizados pela literatura são a inflação, o desemprego e o PIB *per capita*, todavia, estudos demonstraram os impactos do desempenho da economia municipal e estadual em relação ao voto (FERNANDES e FERNANDES, 2016). Além de atribuir informações sobre as despesas municipais e as transferências entre a União e os municípios, tendo em vista que cerca de 70% das cidades brasileiras dependem em mais de 80% de verbas que são oriundas de fontes externas à sua arrecadação (GASPARINI e MIRANDA, 2006; CANZIAN, 2019).

A variável de exportação foi adicionada ao modelo em decorrência do Brasil ser um grande importador de poupança e exportador de produtos, ou seja, a depender do cenário internacional o eleitor pode ter a percepção de aumento de sua renda e da localidade de onde está inserido (CAMPELLO e ZUCCO, 2022). A variável educacional parte-se do pressuposto de quanto melhor é a educação, mais crítico é o eleitor, e dentro deste cenário o mesmo tem tendência de punir o incumbente na avaliação da economia no momento do pleito.

Para o segundo modelo, a aplicação será a partir de regressão logística e os dados utilizados são sobre a opinião pública a partir do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) abrangendo todos os estados brasileiros. Identificando que a variável

¹ As 17 UFs definidas foram: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará, Acre e o Distrito Federal.

dependente é a afirmação do voto no incumbente ou no opositor, agregando o valor 1 (um) para votos no incumbente ou apoiador do incumbente e 0 (zero) para votos nos opositores. As variáveis independentes utilizadas serão, respectivamente: Idade, ideologia, sexo, religião, região do Brasil onde o eleitor está residindo, escolaridade e a percepção sobre a economia. O quadro 1 apresenta em síntese as variáveis de interesse e de controle e seus respectivos comportamentos, fontes e níveis que se enquadram.

Quadro 1 - Variáveis independentes do ESEB utilizadas no modelo de análise multivariada

Variável	Numeração	Descrição
Idade (Ida)	-	Idade do respondente
Região (Reg)	1,2,3,4,5	Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste
Raça/Cor (Cor)	0 e 1	Outras, brancos
Sexo (Sex)	0 e 1	Masculino e Feminino
Religião (Reli)	0, 1 e 2	Evangélicos, Católicos e outros
Ideologia (Ideo)	0, 1 e 2	Esquerda, Centro e Direita
Escolaridade (Escol)	1,2,3,4,5,6	Analfabeto, Primário, Fundamental, Ensino Médio, Superior e Pós-graduado.
Avaliação Economia (Econo)	1,2,3,4	Melhor, Igual, Pior, não respondeu

Fonte: CESOP (2023), elaboração própria.

O ESEB é uma pesquisa abrangente há mais de 20 anos e compreende todos os estados brasileiros, com isso, a estrutura de pesquisa e das questões sofrem modificações dependendo do contexto em que a eleição está ocorrendo, contudo, há questões estruturais que não sofrem modificações, tais quais a escolaridade, religião, voto para presidente e governador, ideologia e a opinião sobre o desempenho da economia. Para as eleições de 2010 e 2014 os dados sobre a votação para presidente são referentes ao segundo turno, e para eleição presidencial de 2018 foram utilizados os dados de primeiro turno. Para as eleições de governadores foram utilizados os dados de primeiro e segundo turno de acordo com o pleito eleitoral de cada estado.

Tabela 2 - Variáveis e ano de utilização dos dados do ESEB

Ano	Empresa coletora dos dados	Nº de participantes	Variáveis
2010	Vox Populi	2000	Idade, Ideologia, Sexo, Religião,
2014	IBOPE	3136	Raça, Região, Escolaridade,
2018	IBOPE	2506	Economia, Voto para presidente e governador

Fonte: CESOP (2023). Elaboração própria.

O ESEB busca entender e identificar como variáveis contextuais com foco nas instituições moldam crenças e comportamentos dos cidadãos, além dos alinhamentos das clivagens sociais e políticas de cidadãos em diferentes arranjos políticos e como é o processo de avaliação dos mesmos nos ciclos eleitorais (CESOP, 2023).

3.2 ANÁLISE MULTINÍVEL

A estratégia empírica adotada para investigar se os indicadores macroeconômicos impactaram nas votações para governadores e presidente nas eleições de 2010, 2014 e 2018 foi o método multinível. Também conhecido como método hierárquico, é utilizado para examinar as relações entre as variáveis em diferentes níveis.

Para tanto, os dois níveis de dados usados neste estudo são, respectivamente, o nível micro (1), no qual estão contidas as informações dos municípios, e o nível macro (2) contendo as informações referente aos estados. Assume-se que os indivíduos interagem com contextos sociais e grupos sociais dentro de um sistema de diferentes níveis hierárquicos. As variáveis contextuais referem-se sobre como uma unidade no nível 1 agrega valor de uma variável de nível 2, desagregando os valores do nível macro nas unidades de nível micro (HOX, MOERBEEK e VAN DE SCHOOT, 2010).

O coeficiente de correlação intraclasses (ICC) tem sua variação entre 0 e 1, assim, quando o valor é nulo entende-se que os estados são homogêneos entre si e quando o coeficiente de correlação intraclasses tem o valor unitário, toda a variabilidade do impacto das variáveis econômicas na propensão de votos se deve às diferenças apresentadas pelos valores dos estados, logo, as características dos municípios não afetam a propensão dos votos.

A apresentação de um modelo empírico segue análises dos efeitos diretos e também modelos de interação das propostas, e isso ocorre, pois, quando há interação os efeitos diretos não são interpretáveis de forma independente, dessa maneira, ambos devem ser interpretados de forma conjunta (FERNANDES e FERNANDES, 2013; HOX, MOERBEEK e VAN DE SCHOOT, 2010). Assim, para análise dos efeitos diretos é apresentado na equação (1):

$$Y_{ij} = \ln \left(\frac{s_{ij}}{1-s_{ij}} \right) = \beta_{0j} + \beta_1 VPIBM_{ij} + \beta_2 VDESP_{ij} + \beta_3 VRUNI_{ij} + \beta_4 IDEBM_{ij} + \varepsilon_j \quad (1)$$

A equação (1) indica a probabilidade de ocorrer votos no incumbente do cargo pelas variáveis econômicas e educacionais em nível dos municípios quanto a nível dos estados. O termo ε_{0j} representa os resíduos aleatórios a nível de estados que são independentes do resíduo a nível dos municípios ε_{ij} (HOX, MOERBEEK e VAN DE SCHOOT, 2010). Substituindo a (1) na equação (2) gera-se assim o modelo de análise dos efeitos diretos (2):

$$= \gamma_{00} + \beta_1 VPIBM_{ij} + \beta_2 VDESP_{ij} + \beta_3 VRUNI_{ij} + \beta_4 IDEBM_{ij} + \gamma_{01} VPIBE_j + \gamma_{02} VEXP_j + \gamma_{03} VINFE_j + \gamma_{04} VDES_j + \gamma_{05} IDEBE_j + \mu_{0j} + \varepsilon_{ij} \quad (2)$$

As equações com as interações entre os níveis são derivadas de forma semelhante, diante disso, considera-se que o efeito da variável IDEB municipal e IDEB

estadual. Com a equação (3) tem-se o modelo empírico para análise dos efeitos dessa interação entre a educação e variáveis no nível municipal e estadual:

$$\begin{aligned}
 = & \gamma_{00} + \beta_1 VPIBM_{ij} + \beta_2 VDESP_{IJ} + \beta_3 VRUN_{IJ} + \beta_4 IDEBM_I + \gamma_{01} VPIBE + \gamma_{11} (VPIBE * IDEBM) \\
 & + \gamma_{02} VEXP_j + \gamma_{21} (VEXP * IDEBE) + \gamma_{03} VINFI_j + \gamma_{31} (VINFI * IDEBE) + \gamma_{04} VDES_j \\
 & + \gamma_{41} (VDES * IDEBE) + \gamma_{05} IDEBE_j + \mu_{0j} + \varepsilon_{ij}
 \end{aligned}
 \tag{3}$$

Desta maneira, as estimativas seguiram o processo de introdução primária das variáveis econômicas, recordando que a variável dependente é o voto ao candidato incumbente à presidência e, em sequência a variável dependente é sobre o candidato incumbente ao cargo de governador. Logo após a apresentação dos resultados com as variáveis econômicas foram inseridas as variáveis educacionais de nível municipal e estadual, seguindo o mesmo rito descrito anteriormente. Em sequência, na próxima seção deste capítulo é apresentada a metodologia de estatística multivariada adotada em complemento para tratamento dos dados sobre a opinião pública disponibilizado pelo CESOP.

3.3 MODELO LOGÍSTICO

O modelo logístico será empregado sobre os dados oriundos do ESEB, pois permite diante das características dos dados prover procedimentos em problemas envolvendo variáveis dependentes categóricas (FÁVERO e BELFIORE, 2017). Em posse da variável dependente e das variáveis independentes, a equação (4) apresenta como variável dependente o voto à presidente

$$\ln \left(\frac{PRES_j}{1 - PRES_j} \right) = \beta_0 Ida_j + \beta_1 RegX_j + \beta_2 CorX_{2j} + \beta_3 SexX_{3j} + \beta_4 ReliX_{4j} + \beta_5 IdeoX_{5j} + \beta_6 EscolX_{6j} + \beta_7 EconoX_{7j} + \varepsilon_j
 \tag{4}$$

Para realizar a regressão para o governador seguiu a mesma estrutura da equação (4), contudo a variável dependente foi a declaração de voto para o incumbente ou ao opositor ao executivo estadual, conforme a equação (5):

$$\begin{aligned}
 \ln \ln \left(\frac{Govj}{1 - Govj} \right) : & \beta_0 Ida_j + \beta_1 RegX_j + \beta_2 CorX_{2j} + \beta_3 SexX_{3j} + \beta_4 ReliX_{4j} + \beta_5 IdeoX_{5j} + \beta_6 EscolX_{6j} \\
 & + \beta_7 EconoX_{7j} + \varepsilon_j
 \end{aligned}
 \tag{5}$$

Desta maneira, no capítulo seguinte são exibidos os resultados encontrados após aplicação dos dados macroeconômicos nas equações do modelo multinível e dos dados sobre a opinião pública aplicado ao modelo logístico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, para mensurar a correlação esperada entre os níveis de duas unidades distintas estimou-se uma regressão sem variáveis explicativas, apenas com a variável dependente. O Índice de Correlação Intraclass gerou apresentou um

resultado de 0.6867, indicando que aproximadamente 68,67% das variações de votação no incumbente são explicadas pelas variáveis contidas no nível 2, ou seja, além das variáveis contidas no modelo, as variáveis omitidas no nível 2 podem explicar a medida de proporção de votos.

Os resultados da tabela 3 indicam que os votos ao candidato incumbente apresentaram duas variáveis estatisticamente significantes: O primeiro foi o PIB *per capita* municipal, no entanto, apresentou sinal oposto ao esperado, visto que o aumento da renda municipal seja benéfico ao incumbente e não o oposto, e a variação das exportações é estatisticamente significativa e este resultado está em linha com a literatura pertinente, refletindo os bons momentos dos ciclos das *commodities* (CAMPELLO e ZUCCO, 2022).

Os resultados da estimativa (1) apresentaram as variáveis PIB *per capita* municipal e variação das exportações como estatisticamente significante, diante deste quadro, optou-se por inserir as variáveis educacionais em nível municipal e estadual (IDEB). E os resultados da estimativa (2) indicam o mesmo comportamento para variação do PIB *per capita* municipal ao candidato incumbente à presidência, e novamente, contrariando a expectativa e indicando que o aumento em uma unidade do PIB *per capita* municipal incide, na queda de 0.04 p.p. no voto ao candidato incumbente à presidência. O PIB *per capita* estadual também foi estatisticamente significativo, indicando que o aumento de cada unidade do PIB *per capita* estadual gera 0.39 p.p. de votos ao candidato incumbente à presidência, de acordo com a expectativa.

O IDEB municipal foi estatisticamente significativo, resultando que o aumento de cada unidade de nota do IDEB pelo município reduz em 0.02 p.p. o voto no candidato incumbente à presidência, indicando que, na média, quanto maior o nível educacional do município, seguindo a literatura, o incumbente do cargo à presidência é punido.

Diante da hipótese de recompensa-punição ao incumbente e como descrito por Sanders (2003), a perda de apoio do incumbente em relação à avaliação da economia resulta em apoio à oposição. Diante disso, os resultados para o candidato opositor à presidência revelam que o aumento de cada unidade do PIB *per capita* municipal indica um aumento de 0.06 no percentual de votos no opositor à presidência, ademais quando adicionado o IDEB municipal ao modelo o resultado foi idêntico. O aumento de cada unidade do o IDEB municipal gera 0.03 no percentual de votos no opositor, de acordo com o esperado na literatura.

Os resultados do teste multinível das variáveis macroeconômicas e educacionais para os candidatos incumbentes e opositores à presidência e ao governo dos estados, indicaram que não houver valores estatisticamente significantes que pudessem apontar como as variáveis macroeconômicas impactam na decisão do voto por parte do eleitor no momento de ciclo eleitoral tanto para presidente tanto para governador.

Diante deste quadro, buscou-se identificar quais seriam os possíveis indicativos ao optar-se pelos dados da opinião pública do CESOP com base no *survey* do ESEB referente às eleições de 2010, 2014 e 2018. A pergunta norteadora é: como o eleitor avalia a economia em um ano antes do pleito? Atrela-se os dados ao modelo logístico com o intuito de averiguar se a percepção do eleitor valida a teoria do voto econômico

nas eleições brasileiras. Primeiramente para a interpretação da regressão logística necessita para sua análise em que os valores sejam exponenciados e depois o resultado é subtraído o valor por -1.

Aplicando a análise das variáveis de opinião pública sobre a economia, serão analisados os impactos registrados na eleição de 2010, 2014 e 2018. Na tabela 4 são apresentados os resultados estimados para o modelo logístico referente às equações (4) e (5) para presidente e para governador.

Ressalta-se que os dados utilizados nas eleições de 2010 e 2014 à presidência foram obtidos pelas respostas referentes ao segundo turno. Em relação a eleição de 2018 foram utilizados dados do primeiro turno, visto que, o candidato incumbente à presidência, Henrique Meirelles (MDB), não alcançou votos suficientes para a disputa do segundo turno. Em relação aos candidatos à disputa do governo estadual, os valores foram coletados de acordo com a resolução do pleito no primeiro ou segundo turno, a depender de cada estado.

Ao se analisar os resultados obtidos sobre a eleição de 2010 à presidência, nota-se que quem avaliou que a economia melhorou nos meses que antecederam o pleito eleitoral detém a probabilidade de voto em 0.451 p.p. no candidato incumbente em comparação com quem avaliou que a economia permaneceu igual no mesmo período. Outro valor estatisticamente significativo sobre os dados da opinião pública em relação à eleição presidencial de 2010 foi de quem avaliou que a piora da economia nos últimos 12 meses antes do pleito, assim, a probabilidade de quem avaliou negativamente o desempenho da economia em comparação com quem achou que o desempenho permaneceu igual deteve a probabilidade de 0.431 p.p. de votar no candidato à oposição.

Em relação às eleições de 2014 à presidência da república dispostas também na tabela 4. Nota-se que os valores estatisticamente significantes em relação à economia foram atribuídos aos eleitores que avaliaram a piora da economia nos meses antes do pleito eleitoral, tendo comparação o eleitor que descreveu que a economia permaneceu igual, assim, a probabilidade de quem avaliou negativamente o desempenho da economia tem 0.560 p.p. de votar no candidato opositor à presidência. Diferente do ocorrido com as eleições de 2010, a melhora da economia foi estatisticamente significativa ao candidato opositor ao governo estadual, desta maneira, a probabilidade de votos foi de 0.165 p.p. em comparação com o eleitor que indicou que a economia permaneceu igual.

As eleições de 2010 e 2014 apresentam a validade da teoria do voto econômico no Brasil, visto que, tornou-se significativo e com valores expressivos o peso da economia retrospectiva e sociotrópica no momento do voto. Indicando que o contexto econômico geral obteve mais importância no momento do pleito do que a concentração da atenção nas variáveis macroeconômicas individualizadas.

As eleições de 2018 são consideradas atípicas em relação ao candidato incumbente e opositor. À época, o mandatário do executivo nacional era Michel Temer do MDB. O presidente anunciou que não iria concorrer à presidência no ano de 2018, assim, o partido do incumbente lançou a candidatura do ministro da fazenda Henrique Meirelles à presidência. O governo do ex-presidente Michel Temer foi marcado por altos índices de impopularidade e desaprovação, em junho de 2018 a pesquisa Datafolha registrou que 82% dos brasileiros consideravam o governo como ruim ou

péssimo, sendo a maior taxa de reprovação registrada pelo instituto, todavia, Temer encerrou o governo com taxa de reprovação de 62% e apenas 7% como ótimo ou bom (ALMEIDA, 2018).

Tabela 3 – Estimação dos votos aos candidatos incumbentes e opositores à presidência e aos governos estaduais

Variáveis	Presidente incumbent e (1)	Presidente incumbent e (2)	Opositor à presidência a (3)	Opositor à presidência a (4)	Governado r incumbent e (5)	Governado r incumbent e (6)	Opositor ao Governado r (7)	Opositor ao Governad or (8)
PIB <i>per</i> capita Municipal	-0.04 *** (0.01)	-0.04 ** (0.01)	0.06 ** (0.02)	0.06 ** (0.02)	0.02 (0.02)	0.02 (0.02)	-0.03 (0.02)	-0.03 (0.02)
Despesas municipais	0.01 (0.00)	0.01 (0.00)	-0.01 (0.01)	-0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	-0.01 (0.01)	-0.01 (0.01)
Transf. União	-0.02 (0.05)	-0.06 (0.05)	0.08 (0.07)	0.14 (0.07)	-0.01 (0.06)	-0.00 (0.07)	0.00 (0.06)	-0.00 (0.06)
IDEB Municipal		-0.02 *** (0.00)		0.03 *** (0.00)		0.01 *** (0.00)		-0.01 *** (0.00)
PIB <i>per</i> capita estadual	0.12 (0.22)	0.39 * (0.19)	0.22 (0.12)	0.14 (0.11)	-0.16 (0.13)	-0.08 (0.13)	0.14 (0.14)	0.05 (0.14)
Inflação	-0.02 (0.02)	-0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	0.01 (0.01)	0.02 (0.01)	-0.02 (0.01)	-0.02 * (0.01)
Desemprego	0.01 (0.02)	-0.01 (0.01)	-0.01 (0.01)	0.00 (0.01)	0.01 (0.01)	0.00 (0.01)	-0.01 (0.01)	-0.00 (0.01)
Exportações	0.19 * (0.09)	0.11 (0.08)	0.02 (0.05)	0.05 (0.05)	-0.07 (0.05)	-0.09 (0.05)	0.04 (0.06)	0.07 (0.05)
IDEB Estadual		-0.31 *** (0.06)		0.07 (0.04)		-0.11 * (0.04)		0.12 * (0.05)
ICC	0.88	0.92	0.59	0.56	0.68	0.66	0.73	0.71
Observações	12468	12751	12468	12751	12468	12751	12468	12751

* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$

Fonte: Elaboração Própria

No pleito de 2014 o MDB foi base do governo Dilma para além da vice-presidência ministros do primeiro escalão do governo petista eram oriundos do MDB.



A reprovação do governo Temer e a baixa expressividade de votos de Henrique Meirelles no primeiro turno da eleição de 2018 fizeram com que o partido liberasse seus membros para apoiar Fernando Haddad ou Jair Bolsonaro no segundo turno, assim, os dados da opinião pública do ESEB 2018 tiveram como base a intenção de voto.

Tabela 4 – Estimação de votos para presidente e governador de 2010 a 2018 sobre a percepção da economia

Variáveis	Presidente 2010 Exp(B) (1)	Governador 2010 Exp(B) (2)	Presidente 2014 Exp(B) (3)	Governador 2014 Exp(B) (4)	Presidente 2018 Exp(B) (5)	Governador 2018 Exp(B) (6)
Percepção da Economia [Melhor]	0.451***	0.010	0.715	0.165***	0.134	0.047
	0.106	0.106	0.107	0.102	0.633	0.175
Percepção da Economia [pior]	0.431***	0.243	0.560***	0.062	0.375	0.023***
	0.164	0.173	0.098	0.100	0.584	0.137
Percepção da Economia [NR]	0.069	0.079	0.001***	0.107	0.498	0.314
	0.334	0.344	0.275	0.297	0.768	0.376
Idade	0.008**	0.006	0.007***	0.006	0.003*	0.006***
	0.004	0.004	0.003	0.003	0.023	0.004
Sexo [F]	0.109	0.082	0.053	0.047	0.176***	0.168
	0.101	0.101	0.084	0.084	0.469	0.109
Cor [Branca]	0.247***	0.186*	0.347***	0.103	0.627***	0.233***
	0.105	0.106	0.089	0.091	0.507	0.119
Região [NE]	0.910***	0.230	0.195	0.053	0.767***	0.863***
	0.190	0.187	0.185	0.169	0.781	0.196
Região [SE]	0.403*	0.434*	0.476***	0.259	0.530***	0.353***
	0.182	0.182	0.171	0.16	0.718	0.191
Região [SL]	0.010	0.437**	0.544***	0.159	0.631	0.111
	0.205	0.207	0.198	0.189	0.144	0.219
Região [CO]	0.153	0.545***	0.516***	0.000	0.521***	0.401
	0.226	0.235	0.219	0.214	0.801	0.273
Ideologia [Direita]	0.344**	0.084	0.443***	0.623	0.643***	0.061***
	0.157	0.153	0.142	0.137	0.543	0.145
Ideologia [Centro]	0.013	0.117	0.375***	0.269	0.699***	0.111
	0.212	0.207	0.169	0.165	0.698	0.180
Ideologia [NS]	0.098	0.134	0.290***	0.912	0.307	0.128
	0.156	0.153	0.144	0.14	0.550	0.180
Religião [católica]	0.286**	0.098	0.290	0.034	0.684***	0.184***
	0.118	0.119	0.099	0.100	0.546	0.122
Religião [outros]	0.405*	0.287	0.215	0.043	0.593	0.227***
	0.161	0.162	0.139	0.141	0.524	0.161
Escolaridade [primário]	0.161	0.176	0.365***	0.195	0.685**	0.036***
	0.278	0.277	0.240	0.219	0.759	0.308
Escolaridade [fundamental]	0.416	0.218	0.401***	0.137	0.186***	0.357
	0.286	0.284	0.243	0.222	0.759	0.316

Escolaridade [médio]	0.432*	0.061	0.620***	0.255	0.641**	0.178
Escolaridade [superior]	0.562**	0.096*	0.747***	0.153	0.854**	0.488
Escolaridade [superior +]	0.162	0.629	0.680***	0.069	0.265***	0.225***
Observações	1738	1624	2617	2359	1763	1577

Notas: Significante a * $p < 0.05$ ** $p < 0.1$ *** $p < 0.01$. Interpretação do coeficiente: $= (e^B - 1)$

Fonte: Resultados da pesquisa, elaboração própria.

Conforme exposto, ao se analisar os resultados da eleição de 2018, constata-se que não houve valores estatisticamente significativos em relação a percepção econômica como determinação do voto aos candidatos à presidência. A atipicidade encontrada ao pleito de 2018 destaca que outras variáveis foram estatisticamente significantes ao eleitorado nacional na decisão do voto, assim, observa-se que questões relacionadas à raça, região do Brasil, ideologia, religião e nível educacional obtiveram maior importância dentro do modelo para eleição presidencial de 2018.

No entanto, nota-se que para o cargo de governador a percepção da piora da economia foi estatisticamente significantes, sendo assim, a probabilidade de ganho de votos por parte do candidato opositor ao governo estadual é de 0.023 p.p. para quem declarou que a economia ficou pior quando colocado em comparação com o eleitor que indicou que no mesmo período a economia permaneceu igual.

Portanto, a aplicação da teoria do voto econômico no Brasil comprova-se com os resultados apresentados, respectivamente, às eleições gerais de 2010 e 2014 ao cargo de presidente. Contudo, para a eleição de 2018 devida a sua especificidade o mesmo não segue o padrão. Observa-se também que o peso da economia no momento da votação no Brasil ainda detém grande importância, contudo, a individualização das variáveis macroeconômicas não são as características mais importantes no que se propõe a entender os impactos da economia na aplicação do voto econômico sociotrópico. Entretanto, a percepção da economia dentro de um intervalo de doze meses antes da realização da eleição resumiu-se ser estatisticamente significativo na aplicação da teoria do voto econômico no país.

Os fatores e determinantes dos votos nos incumbentes nas eleições brasileiras a partir da economia entrelaçam-se em aspectos coparticipativos que impactam a economia de maneira global, regional e local. Destaca-se que os eleitores brasileiros destinam a responsabilidade do desempenho econômico ao incumbente à presidência da república e os governadores não detém a mesma responsabilidade, sendo assim, outras variáveis são responsáveis pela avaliação do eleitor em punir ou recompensar os incumbentes dos governos estaduais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatores econômicos estão influenciando mais nas decisões políticas e parte da literatura têm introduzido como esses impactos estão refletindo sobre governos, instituições, eleitores, mercados e partidos políticos. Para além de investigar os



impactos, nota-se a busca de entender como estão sendo as respostas desses agentes diante das situações econômicas.

Estudos sobre a teoria do voto econômico têm ganhado cada vez mais espaço na literatura das ciências econômicas e na ciência política, no entanto, os estudos aplicados estão centralizados em países com economias desenvolvidas e industriais. Devido a isso, buscou-se com este estudo verificar o efeito das variáveis macroeconômicas no percentual dos votos dados aos candidatos incumbentes e opositores aos cargos de presidente e governador em níveis locais, levando em consideração nas estimativas no modelo multinível entre municípios e estados.

Todavia, o incremento de variáveis de cunho estadual e municipal como o nível de educação medido pelo IDEB, as variações das despesas municipais e o repasse do governo federal não demonstraram nenhum impacto significativo, mesmo em momentos de interação entre as variáveis de nível 1 com as de nível 2.

Outrossim, quando aplicado os dados da opinião pública do ESEB sobre a percepção da economia pelos eleitores, neste quadro os resultados demonstram que a teoria do voto econômico no Brasil se mostrou válida, observou-se que os coeficientes revelaram ser estatisticamente significantes sobre a decisão do eleitor em recompensar o incumbente à presidência nas eleições de 2010 e 2014.

As constatações dos resultados da pesquisa determinaram que nas eleições gerais ocorridas no Brasil em 2010 e 2014 tiveram a economia como grande influenciadora na decisão do eleitor. Contudo, em primeiro momento as variações dos indicadores macroeconômicos durante o período não surtiram efeitos de maneira individualizada, ou seja, o eleitor não puniu ou recompensou o incumbente à presidência pelas variações da inflação, do desemprego, do PIB *per capita*, dos repasses do governo federal aos municípios e das despesas orçamentárias municipais nos anos eleitorais.

Em relação à eleição de 2018, os resultados e a literatura contemporânea indicam que as características identitárias e ideológicas se sobrepuseram às questões econômicas, pautadas pela agenda do antipetismo e pela guinada da operação lava-jato que culminou na prisão do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, até então líder nas pesquisas eleitorais. Esse cenário apresentou um candidato incumbente com fragilidades e desconhecimento público, e sem impulsionamento dentro do partido e de seus aliados. A atipicidade das eleições de 2018 revelam-se determinantes a imposição do voto ideológico em sobreposição ao voto econômico.

Em sequência, com a não associação individualizada da relação entre voto e variáveis macroeconômicas, aplicou a percepção individualizada da economia geral pelo eleitor, e os resultados mostraram-se estatisticamente significantes e satisfatório para as eleições de 2010 e 2014, ou seja, a percepção geral de como estava a economia entre um ano anterior à eleição e a data do pleito foi fator determinante para recompensar ou punir o incumbente à presidência da república.

Assim, a principal contribuição desta pesquisa para os estudos sobre o voto econômico no Brasil está na constatação de que o eleitor brasileiro determina que o responsável pela condução da economia é o presidente da república, assim, a boa ou a má condução da economia é fator de recompensa ou punição ao incumbente à presidência por parte do eleito e não aplicável aos candidatos aos governos estaduais, estes podem ser referendados por outras variáveis não pertencentes à economia.

Outra contribuição à literatura é que o eleitor brasileiro não observa de modo isolado às variações de fatores macroeconômicos para punir ou recompensar o incumbente à presidência, mas o eleitor julga a boa ou má condução da economia a partir da percepção individual sobre a economia no geral, e não distinguindo qual variável macroeconômica está pior ou melhor no momento do pleito. Portanto, constata-se que a economia é importante no momento do voto, contudo, as variáveis macroeconômicas não são relevantes individualmente, mas a percepção que indivíduo tem sobre economia no geral é o fator preponderante e de maior relevância no momento do voto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Rodrigo. Após reprovação recorde, Temer encerra governo com rejeição em queda, mostra Datafolha. **Folha de São Paulo**. Brasília, 27 dez. 2018. Política. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/apos-reprovacao-recorde-temer-encerra-governo-com-rejeicao-em-queda.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2024.

AMARAL, O. E.; RIBEIRO, P. F. “Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014”. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 23, nº 56, p. 107-123, 2015.

Banco Central do Brasil. **Metas para a inflação**. 2023. BCB. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/metainflacao>. Acesso em: 19 ago. 2023.

BESLEY, Timothy. *Principled Agents?: the political economy of good government*. London-UK: London School of Economics and Political Science, 2005. 233 p.

CAMARGOS, Malco Braga;. Refinando a teoria do voto econômico. In: TELLES, Helcimara; MORENO, Alejandro (org.). *Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina*. Belo Horizonte: Ufmg, 2013. Cap. 2. p. 53-79.

CAMPELLO, Daniela; ZUCCO, Cesar. Economia, popularidade e eleições. *Problemas Brasileiros*, São Paulo, v. 468, n. 1, p. 1-4, 23 set. 2022. Realizada pela FECOMÉRCIO SP.

CANZIAN, Fernando. 70% dos municípios dependem em mais de 80% de verbas externas. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 07 fev. 2019. Desafio dos Municípios, p. 1-3.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Avaliação do governo e voto econômico. **Lua Nova**: *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 48, p. 213-232, dez. 1999. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64451999000300012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/kXXjwR8FQYkphtPr8KHNYhQ/?lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2023.

CARREIRÃO, Y. S. *A decisão de voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Florianópolis/Rio de Janeiro: EdUFSC/FGV, 2002.

CARREIRÃO, Y. S.. “Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006”. *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 307-339, 2007.

CESOP. **Sobre o ESEB**. 2023. Centro de estudos de opinião pública. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb>. Acesso em: 10 dez. 2023.

COUTO, Ana Cristina Lima; COUTO, Joaquim Miguel. A NOVA “DÉCADA PERDIDA” DO BRASIL (2011-2020). **A Economia em Revista**, Maringá, v. 29, n. 3, p. 87-99, set. 2021. Quadrimestral.



CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **ORÇAMENTO PÚBLICO**. São Paulo: Saraiva, 2017. 383 p.

DRAZEN, Allan. Political economy in macroeconomics. Princeton: Princeton University Press, 2000. 789 p.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de análise de dados**: estatística e modelagem multivariada com excel®, spss® e stata®. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. 1219 p.

FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes; FERNANDES, Gustavo Andrey de Almeida Lopes. A importância do crescimento econômico local na escolha do chefe do Executivo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, v. 51, n. 4, p. 653-688, ago. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612146091>.

FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes; FERNANDES, Gustavo Andrey de Almeida Lopes. O voto econômico no Brasil: evidências com dados em painel e em multinível. In: III SEMINÁRIO DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 3., 2013, São Paulo. **Seminário**. São Paulo: Dcp-Usp, 2016. p. 1-32.

GASPARINI, Carlos Eduardo; MIRANDA, Rogério Boueri. **Evolução dos aspectos legais e dos montantes de transferências realizadas pelo fundo de participação dos municípios**. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. 45 p

HOX, Joop J.; MOERBEEK, Mirjam; VAN DE SCHOOT, Rens. Multilevel analysis: Techniques and applications. Routledge, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 11 dez. 2023.

LEWIS-BECK, Michael S.; STEGMAIER, Mary. Economic models of voting. In: V SEMINARIO DE INVESTIGACIÓN, 75., 2007, Madrid. Estudio/Working Paper. Madrid: UAM, 2007. p. 1-23.

LEWIS-BECK, Michael S.; STEGMAIER, Mary. The VP-function revisited: a survey of the literature on vote and popularity functions after over 40 years. Public Choice, v. 157, n. 3-4, p. 367-385, 6 jun. 2013. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s11127-013-0086-6>.

MARTINS, Flávia Bozza. O voto econômico na América Latina: estado da arte. Paraná Eleitoral, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 441-461, 01 dez. 2013.



MDIC. **Comex Stat**. 2023. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/sobre>. Acesso em: 27 dez. 2023.

MENDES, M. T.; VENTURI, G. "Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 2, n° 2, p. 39-48, 1994.

MENEGUELLO, R. "Electoral behavior in Brazil: the 1994 presidential elections". *Social Science Journal*, vol. 146, Unesco, 1994.

PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. "Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil". *Opinião Pública*, vol. 17, n° 2, p. 304-332, 2011.

PEREIRA, Frederico Batista. Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 22, n. 50, p. 149-174, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987314225010>.

OPPERMANN, Kai. The Concept of Issue Saliency in Foreign Policy Analysis: delineating the scope conditions of theoretical approaches in the field. In: SGIR PAN-EUROPEAN CONFERENCE ON IR, 7., 2010, Stockholm. **Paper prepared for presentation at the**. Stockholm: University Of Sussex, 2010. p. 1-24.

SANDERS, David. Party identification, economic perceptions, and voting in British General Elections, 1974–97. **Electoral Studies**, v. 22, n. 2, p. 239-263, jun. 2003. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s0261-3794\(02\)00014-8](http://dx.doi.org/10.1016/s0261-3794(02)00014-8).

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Processo eleitoral no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/historia/processo-eleitoral-brasileiro/funcionamento-do-processo-eleitoral-no-brasil>. Acesso em: 24 maio 2023.

UDESC. **Índice de Custo de Vida**. 2023. Disponível em: <https://www.udesc.br/esag/custodevida>. Acesso em: 17 jun. 2023.

VEIGA, Luciana Fernandes; ROSS, Steven Dutt. Os determinantes da avaliação da economia na eleição presidencial brasileira em 2014. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 524-549, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912016223524>.

WLEZIEN, Christopher. On the saliency of political issues: the problem with :most important problem. *Electoral Studies*, Chicago, v. 24, n. 4, p. 555-579, dez. 2005. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.electstud.2005.01.009>.

